Poder Judiciário

Judicial Power

Autorretrato, 1990

Self-portrait

Iberê Camargo

Judicial Power

Lucas Delgado¹

Igor Tadeu Silva Viana Stemler²

Gabriela Moreira de Azevedo Soares³

Activities of the judicial power in Brazil in 2018

The Federal Supreme Court (STF), composed of 11 ministers whose primary duty is the guard of the Federal Constitution of Brazil, of 1988, is placed on top of the Brazilian Judicial Power. There are four high courts: the Superior Court of Justice (STJ), composed of 33 ministers in charge of ensuring a unified interpretation of the federal legislation; the Superior Court of Labor (TST), with 27 ministers responsible for granting uniformity to decisions on labor actions; the Superior Electoral Court (TSE), composed of seven ministers responsible for securing the organization and rectitude of electoral processes; and the Superior Military Court (STM), with 15 ministers, entitled to judge the military crimes committed by members of the Armed Forces (Navy, Army and Air Force) or by civil citizens against the federal military administration.

¹ Researcher at the Department of Judicial Surveys of the National Council of Justice (CNJ) and Master in Law, State and Constitution from the University of Brasília (UnB).

² Researcher at the Department of Judicial Surveys of the National Council of Justice (CNJ) and bachelor in Statistics from the University of Brasília (UnB).

³ Executive Director at the Department of Judicial Surveys of the National Council of Justice (CNJ) and Master in Statistics from the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ).

Poder Judiciário

Lucas Delgado¹

Igor Tadeu Silva Viana Stemler²

Gabriela Moreira de Azevedo Soares³

Atuação do poder judiciário no Brasil em 2018

O órgão máximo do Poder Judiciário brasileiro é o Supremo Tribunal Federal (STF) integrado por 11 ministros que tem por função precípua a guarda da Constituição Federal do Brasil, de 1988. São quatro tribunais superiores: o Superior Tribunal de Justiça (STJ), constituído por 33 ministros e responsável por manter a unidade de interpretação da legislação federal; o Tribunal Superior do Trabalho (TST), com 27 ministros e responsável por uniformizar as decisões sobre ações trabalhistas; o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), formado por sete ministros e encarregado de zelar pela organização e lisura de todo o processo eleitoral; e o Superior Tribunal Militar (STM), com 15 ministros, com competência para julgar os crimes militares cometidos por integrantes das Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica) ou por civis que atentem contra a administração militar federal.

Para as matérias de competência da justiça federal, atuam no 1º grau de jurisdição os juízes federais e como Corte de revisão com algumas competências originárias

¹ Pesquisador do Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Mestre em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB).

² Pesquisador do Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e graduado em Estatística pela Universidade de Brasília (UnB).

³ Diretora Executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Mestre em Estatística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

For issues under the sphere of the federal justice, judges work at the 1st degree of jurisdiction and, as a review court with some primary competencies, the five Federal Regional Courts (TRFs), which are in charge of large areas of the national territory subdivided into five Major Regions.

Their main competencies are: to judge political crimes and criminal offenses against goods, services or interests of the State (including autarchies and public companies); processes related to a foreign country or an international body against a municipality or a resident in Brazil; causes based on treaties or contracts signed between a foreign state or an international body and actions that are directly related to the right of indigenous populations; and to prosecute and judge cases of gross violation of human rights⁴.

The so-called common justice also counts on legal courts and judges with residual competencies encompassing all the matters not covered by the specialized justice, in each Federation Unit. Another instance with analogous duties to the common legal courts is the Legal Court of the Federal District and Territories (TJDFT).

The biggest number of disputes is sent to those bodies of the Legal Power – 70% of the lawsuits filed and 80% of those awaiting a final decision are treated by the common justice of every state. The state justice concentrates the biggest number of crime-related actions: 2.4 million new cases and 7.5 million pending ones in the year 2018 are related to criminal matters.

The Military Justice (JMU), responsible for processing and judging member of the Armed Forces, is composed of military judges in the 1st and 2nd instances and by ministers in the Superior Military Court (STM).

It is a duty of the electoral justice to regulate proceedings to guarantee one's right to vote and to be voted and to judge electoral crimes. It is composed of judges working in first instances at the TRE (Regional Electoral Court) and TSE (Superior Electoral Court). Those judges have cumulative jurisdictions in common justice. Proceedings in electoral courts have a seasonal behavior, with more intense activity in election years, due to instances of challenge of candidacies and preparation of income statements.

⁴ A total of 28 million new suits were issued just in 2018 and 2.7 million of them were of criminal nature.

os cinco Tribunais Regionais Federais (TRFs), que exercem a jurisdição por extensas porções do Território Nacional divididas em cinco regiões.

Suas principais competências são: julgar crimes políticos e infrações penais praticados contra bens; serviços ou interesse da União (incluindo entidades autárquicas e empresas públicas); processos que envolvam estado estrangeiro ou organismo internacional contra município ou pessoa domiciliada ou residente no Brasil; causas baseadas em tratado ou contrato da União com estado estrangeiro ou organismo internacional e ações que envolvam direito de povos indígenas; e processar e julgar casos de grave violação de direitos humanos⁴.

Completando a chamada justiça comum, com competências residuais em relação a todas as matérias não cometidas às justiças especializadas, tem-se os tribunais de justiça e juízes de direito que exercem suas competências em cada estado da federação. Outro tribunal que exerce competências análogas às competências comuns dos tribunais de justiça dos estados é o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT).

O maior número de litígios é dirigido a esses órgãos do Poder Judiciário – 70% das ações ingressadas e 80% das que aguardam solução definitiva tramitam na justiça comum dos estados. É na justiça estadual que se concentram os maiores números de processos criminais: 2,4 milhões de casos novos e 7,5 milhões de pendentes no ano de 2018 estão relacionados à matéria criminal.

A Justiça Militar da União (JMU), responsável por processar e julgar os integrantes das Forças Armadas nos crimes militares, é integrada por juízes militares na 1ª e na 2ª instância e por ministros no STM.

Cabe à justiça eleitoral regulamentar os procedimentos eleitorais, garantir o direito político de votar e ser votado e processar e julgar os crimes eleitorais. Sua composição inclui magistrados que atuam na 1ª instância, nos TREs e no TSE. Os magistrados da justiça eleitoral acumulam jurisdição na justiça comum. A demanda processual possui comportamento sazonal, com picos nos anos eleitorais, quando há mais casos de impugnações a registros de candidatura e prestação de contas.

A justiça do trabalho é composta por juízes trabalhistas na 1ª e 2ª instâncias e por ministros no TST. É responsável por julgar conflitos individuais e coletivos que se referem às relações de emprego. É a única que não possui qualquer competência em matéria criminal.

⁴ Somente no ano de 2018, ingressaram aproximadamente 28 milhões de processos, dos quais 2,7 milhões tem natureza criminal.

Labor justice is composed of labor judges in the 1st and 2nd instances and by ministers in the TST. It is responsible for judging individual and collective conflicts related to labor affairs. That is the only body not in charge of any crime-related matters.

As a central body for the control, planning and management of the legal infrastructure, the Constitution establishes the creation of the National Council of Justice (CNJ)⁵, composed of 15 members elected for a two-year term of office, under the responsibility of the STF head.

The CNJ manages the System of Statistics of the Brazilian Judicial Power (SIESP), which encompasses all the data relative to the infrastructure and work of courts in Brazil with reference to several matters under its responsibility; it elaborates the report entitled Justice in Figures, which has presented annual series of statistical information on justice since 2005.

In addition to that, the CNJ develops, establishes and coordinates legal macro-policies at national level in fields such as institutional management, environment, human rights and technology. Among those are the judiciary levelling goals, actions aimed at the application of the Maria da Penha Law, programs of incentive to conciliation and mediation, the implementation of the judicial electronic proceeding and the monitoring and supervision of the prison system.

Judicial Power in figures

The number of new lawsuits filed in the Judicial Power has been on an upward trend from 1990 so far, despite the scenario of oscillating stabilization observed in the last six years. In 2016 (JUSTIÇA..., 2018), new legal cases hit 29.3 million, that is, a figure five times bigger than in the beginning of the 1990s, and more than in 2017 and 2018.

The search for legal services has been huge, especially when analyzed in relation to the size of the Brazilian population. New cases amount to a total of 11 769 per one thousand residents, which means that one out of every six Brazilians filed a lawsuit in 2018. It is indeed more than that, once one same lawsuit can have more than one defendant and one plaintiff.

By the end of 2018, the Judicial Power had almost 78.7 million pending lawsuits awaiting a final decision. The congestion rate, which measures the percentage of lawsuits not closed at the end of the year, ranged between 70.6% and 73% in the last ten years. Hypothetically, if no new

⁵ The CNJ was created by the Constitutional Amendment no. 45, of December 30, 2004, and installed on June 14, 2005.

Como órgão central de controle, planejamento e gestão de toda essa estrutura judiciária, a Constituição prevê a existência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), composto por 15 membros, com mandato de dois anos, sob a mesma presidência do STF.

O CNJ é responsável pela gestão do Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESP) brasileiro que agrega todos os dados relativos à infraestrutura e atuação dos tribunais brasileiros nos mais variados assuntos de sua competência, elaborando o relatório *Justiça em Números*, que apresenta informações estatísticas oficiais em série anual existente desde 2005.

Além disso, o CNJ desenvolve, estipula e coordena macropolíticas judiciárias de âmbito nacional em áreas como gestão institucional, meio ambiente, direitos humanos e tecnologia. Entre eles estão as metas de nivelamento do judiciário, as ações voltadas à aplicação da Lei Maria da Penha, os programas de incentivo à conciliação e mediação, a implantação do processo judicial eletrônico e o monitoramento e fiscalização do sistema carcerário.

Poder Judiciário em números

O número de processos novos ingressados no Poder Judiciário apresenta um panorama geral de crescimento de 1990 até o presente, muito embora tenha apresentado um cenário de estabilização com oscilações nos últimos seis anos.⁵ Em 2016 (JUSTIÇA..., 2018), chegou-se ao patamar de 29,3 milhões de casos novos, ou seja, o quádruplo do verificado no início dos anos 1990, porém mais do que o verificado em 2017 e 2018.

A procura pelos serviços de justiça tem sido enorme, especialmente quando se compara tal quantitativo com o tamanho da população brasileira. São 11 769 casos novos por cem mil habitantes, o equivalente a dizer que um a cada seis brasileiros ingressou com ação judicial em 2018. Na verdade, mais do que isso, já que em um mesmo processo pode constar mais de um réu e mais de um autor.

Ao final do ano de 2018 o Judiciário tinha um acervo de quase 78,7 milhões de processos pendentes, aguardando solução definitiva. A taxa de congestionamento, que mede o percentual de processos não finalizados ao final de cada ano, oscilou entre 70,6% e 73% nos últimos 10 anos. Em uma situação hipotética, sem que houvesse a entrada de novos processos e com a manutenção do fluxo de baixa na ordem de 31,9 milhões de casos resolvidos ao ano, seriam necessários pelo menos dois anos e meio para liquidar o estoque processual existente. Uma proporção considerável

⁵ Em 1990, ingressaram cerca de 5,5 milhões de processos novos, de acordo com o Banco Nacional do Poder Judiciário (BNPJ), mantido na época pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

cases were opened and if the number of cases solved remained low at about 31.9 million per year, it would take the legal system two and a half years to solve the existing stock of pending cases. A considerable proportion of it, about 39.5%, refers to a single type of lawsuit: tax execution. In those cases, the Public Treasury, by means of the Judicial Power, demands payment from defaulting clients.

To face that volume of cases, the Judicial Power counts on the specialized work of 18 141 thousand judges and 272 thousand civil servants, being 80% performing activities in the judicial field and 20% in charge of administrative activities. There are about 15 thousand first instance courts in the country; they receive, analyze and judge legal cases. Those courts are located in districts, municipalities of their respective jurisdictions. Almost half (2 702) of the 5 570 Brazilian municipalities are headquarters of the Judicial Branch. Among the 15 thousand existing judicial units, 12.2 thousand (81%) are state, federal or labor courts.

The overall cost of the Judicial Power in 2018 was R\$ 93.7 billion, which is equivalent to R\$449.5 per resident and to 1.4% of the national Gross Domestic Product (GDP). Expenditures increased last year at a percentage below the inflation rate. A total of 90.8% of the expenses were directed to payroll, which includes, besides earnings and subsidies, benefits and other indemnities. The State Justice, a segment that concentrates 80% of the legal cases, accounts for 57% of the expenditures.

The judges solve about 1 875 cases per year, that is, each one of them closes, on average, seven suits per business day. The average length of time to judge the merit of a lawsuit in the first instance is about one year and four months, being one year and a month in the labor justice, one year and 11 months in the Federal Justice and one year and eight months in the State Justice.

Although the litigiousness faced by the Brazilian Judicial Power has been reduced in the last few years, it still overburdens the State. Nevertheless, by no means can the Judicial Power be considered inefficient. The productivity of judges is high, so much that the judiciary has not only been able to solve the new cases but also to reduce the pending ones.

The Judiciary Power and the fight against crime in Brazil

By including fundamental freedoms in rights and material and procedural guarantees, the Constitution of 1988 reaffirmed the

desse acervo, cerca de 39,5%, diz respeito a um único tipo de processo: o de execução fiscal. São ações em que a Fazenda Pública, por meio do Poder Judiciário, faz a cobrança de dívidas de contribuintes inadimplentes.

Para enfrentar tal volume de processos, o Poder Judiciário conta com o trabalho especializado de 18 141 mil magistrados e de 272 mil servidores, sendo que quase 80% atuam na área judiciária e 20% na administrativa. Existem cerca de 15 mil unidades judiciárias de primeiro grau instaladas no País, onde são recebidos, analisados e julgados os processos judiciais. Essas unidades localizam-se em comarcas, municípios-sede de suas respectivas jurisdições. Quase metade (2 702) dos 5 570 municípios brasileiros são sede do Poder Judiciário. Dentre as 15 mil unidades judiciárias existentes, 12,2 mil (81%) são varas estaduais, federais ou trabalhistas

O custo total do Poder Judiciário no ano de 2018 foi de R\$ 93,7 bilhões, o equivalente a R\$ 449,5 por habitante e a 1,4% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. As despesas cresceram no último ano em percentual inferior ao da inflação. Dentre as despesas, 90,8% foram destinadas ao pagamento de pessoal, que inclui, além de vencimentos e subsídios, também benefícios e outras indenizações indiretas. A Justiça Estadual, segmento que concentra 80% dos processos judiciais, responde por 57% das despesas.

Os magistrados resolvem, por ano, cerca de 1 875 processos, ou seja, em média, cada um deles baixa sete processos por dia útil. O tempo médio de duração do processo, apurado de seu início até o seu último movimento no primeiro grau de jurisdição, é de aproximadamente 1 ano e 4 meses, sendo de 1 ano e 1 mês na justiça trabalhista, 1 ano e 11 meses na Justiça Federal e 2 anos e 8 meses na Justiça Estadual.

Muito embora a litigiosidade enfrentada pelo Poder Judiciário brasileiro tenha encontrado um freio nos últimos anos, ela ainda sobrecarrega o Estado, o que não quer dizer, contudo, que o Poder Judiciário seja ineficiente. A produtividade dos magistrados, de modo geral, é alta, tanto que, de modo geral, o Poder Judiciário não somente conseguiu responder aos casos novos ingressados como reduziu o acervo de processos existente.

Poder Judiciário e combate à criminalidade no Brasil

Ao abrigar liberdades fundamentais em direitos e garantias materiais e processuais, a Constituição de 1988 reafirmou o monopólio do exercício da jurisdição criminal pelo Estado. O devido processo legal, o contraditório, a ampla defesa, os princípios da legalidade penal e do juiz natural, a individualização e humanização das penas, as formas legítimas de aprisionamento, os direitos da pessoa presa e o direito do *habeas corpus* para tutela geral da liberdade afirmam e reforçam o papel do Poder

monopoly of the criminal jurisdiction by the State. The due legal process, the principle of *audi alteram partem*, of criminal law and natural justice, the individualization and humanization of punishment, the legitimate forms of imprisonment, the rights of convicts and the right to habeas corpus for the protection of freedom establish and reinforce the role of the Judicial Power as the agency in charge of the fair balance between the state's punitive intent and the fundamental rights of persons under investigation and defendants.

The legal jurisdiction in Brazil encompasses a myriad of behaviors defined as crime by our laws. The crimes investigated and processed via Judicial Power range between homicides and crimes of lower offensive potential.

The criminal jurisdiction in Brazil has gained notoriety for the action related to the fight against corruption crimes, money laundering and criminal organizations. As seen in Carson e Prado (2014), under the scope of corruption there are crimes with little repercussion, but also schemes devised by political agents working on top positions in the main bodies of the State.

The difficulty to measure the effects of corruption on the Brazilian state contrasts with the volume of cases revealed. The federal justice in the State of Paraná alone has locked more than R\$3.2 billion as a result of the Operation Car Wash. That figure may eventually reach a total of R\$12.3 billion in resources (A LAVA JATO..., [2019]).

The key role of the Judicial Power and its members in the scenario of fight against organized crime and corruption is undeniable. There are now 7.8 million pending lawsuits with a congestion rate of 71.5%.

In order to work on such a huge number of cases, a total of 1 317 exclusively criminal courts are dedicated to the analysis of injunctions, constitutional remedies, processing of investigations and judgement of criminal actions.

The capacity to solve actions in criminal matters is equally high. A total of 3.1 million cases are opened per year and their average length of time in progress is three years and nine months.

The data relative to criminal actions evidence how complex the delivery of a criminal jurisdiction can be, considering that the State deals with fundamental matters such as life and freedom. The work of the Judicial Power, however, is indispensable for the fight against impunity and for the promotion of values such as transparency and integrity.

Translated by: Aline Milani Romeiro Pereira

Judiciário como a agência estatal responsável pelo justo equilíbrio entre a pretensão punitiva estatal e os direitos fundamentais dos investigados e réus.

A jurisdição criminal no Brasil engloba uma miríade de condutas definidas como crime pela legislação penal. Os crimes cuja investigação e processamento passam pelo Poder Judiciário variam desde os homicídios aos chamados crimes de menor potencial ofensivo.

A jurisdição criminal no Brasil tem ganhado notoriedade pelas ações relacionadas ao combate a crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e organizações criminosas. Como apontam Carson e Prado (2014), a corrupção em sentido amplo engloba uma considerável variedade de crimes que envolvem desde crimes de menor repercussão até os grandes esquemas orquestrados pelos agentes políticos que ocupam a cúpula diretiva dos principais órgãos do Estado.

A dificuldade de se aferir como a corrupção afeta o Estado brasileiro contrasta com a vultuosidade dos casos que tem vindo à tona. Somente nas ações que tramitam na justiça federal no Estado do Paraná relacionadas à Operação Lava Jato, já foram bloqueados por ordem judicial mais de R\$ 3,2 bilhões, podendo-se chegar, ao final, em R\$ 12,3 bilhões em recursos (A LAVA JATO..., [2019]).

O protagonismo do Poder Judiciário e seus membros neste cenário de combate à criminalidade organizada e corrupção é inegável. Basta mencionar que são 7,8 milhões de processos criminais pendentes com uma taxa de congestionamento de 71,5%.

Para enfrentar essa quantidade de processos são 1 317 varas com competências exclusivamente criminais, destinadas à análise de medidas cautelares, remédios constitucionais, processamento de investigações e julgamento de ações penais.

A capacidade de solução de processos em matéria criminal se mostra igualmente elevada. São baixados 3,1 milhões de processos por ano e o tempo médio de tramitação desses processos é de 3 anos e 9 meses.

Os dados relativos aos processos de natureza criminal estão a revelar o quanto a entrega da jurisdição em matéria criminal pode ser complexa uma vez que o Estado lida com questões fundamentais como a vida e a liberdade. A atuação do Poder Judiciário, contudo, é indispensável para o combate à impunidade e para promoção de valores como transparência e integridade.

References

CARSON, L.; PRADO, M. M. Mapping corruption and its institutional determinants in Brazil. Manchester: The University of Manchester, Global Development Institute, 2014. (Working Paper Series, 8). Available from: <https://ideas.repec.org/p/bwp/bwppap/iriba_wp08.html>. Cited: May 2019.

JUSTIÇA EM NÚMEROS 2018: ano-base 2017. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2018. Available from: <<http://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justicaemnumeros/2016-10-21-13-13-04/pj-justica-em-numeros>>. Cited: May 2019.

A LAVA JATO em números no Paraná: resultados da operação. Brasília, DF: Ministério Público Federal, [2019]. Available from: <<http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-lava-jato/atuacao-na-1a-instancia/atuacao-na-1a-instancia/parana/resultado>>. Cited: May 2019.

Referências

CARSON, L.; PRADO, M. M. *Mapping corruption and its institutional determinants in Brazil*. Manchester: The University of Manchester, Global Development Institute, 2014. (Working Paper Series, 8). Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/bwp/bwppap/iriba_wp08.html>. Acesso em: maio 2019.

JUSTIÇA EM NÚMEROS 2018: ano-base 2017. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2018. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justicaemnumeros/2016-10-21-13-13-04/pj-justica-em-numeros>>. Acesso em: maio 2019.

A LAVA LATO em números no Paraná: resultados da operação. Brasília, DF: Ministério Público Federal, [2019]. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-lava-jato/atuacao-na-1a-instancia/atuacao-na-1a-instancia/parana/resultado>>. Acesso em: maio 2019.

Tabela 21.1 - Informações de estrutura, recursos humanos e litigiosidade - 2013-2017

Table 21.1 - Information on structure, human resources and litigiousness - 2013-2017

Especificação/ Specification	2013	2014	2015	2016	2017
Despesas (1 000 R\$) / Expenditures (1,000 R\$)	77 443 090,0	80 706 915,2	84 533 932,6	84 846 934,6	90 846 325,2
Despesa com recursos humanos (1 000 R\$)/ Expenditure with human resources (1,000 R\$)	69 529 958,9	72 272 721,1	75 374 309,2	75 948 590,2	82 178 298,4
Gasto com recursos humanos (%)/ Expense with human resources (%)	89,8	89,5	89,2	89,5	90,5
Receitas (1 000 R\$)/ Revenue (1,000 R\$)	38 807 493,3	31 920 433,2	47 665 521,8	39 041 338,0	48 431 158,3
Receitas/despesas / Revenue/expenditures (%)	50,1	39,6	56,4	46,0	53,3
Magistrados / Judges	17 088	17 404	17 376	18 011	18 168
Servidores / Servants	276 773	278 707	278 265	279 013	272 093
Força de trabalho auxiliar / Auxiliary workforce	135 984	138 892	155 516	145 321	158 703
Carga de trabalho por magistrado/ Caseload per judge	6 232	6 169	6 746	6 696	6 742
Casos novos/ New cases	28 546 494	29 010 480	27 804 636	29 351 145	29 113 579
Casos pendentes / Pending cases	71 646 644	71 985 411	76 921 737	79 662 896	80 069 305
Processos baixados / Closed cases	28 087 192	28 441 380	28 652 290	29 427 540	31 017 900
Processos baixados por magistrado/ Closed cases per judge	1 705	1 696	1 771	1 749	1 819
Taxa de Congestionamento (%)/ Congestion Rate (%)	71,8	71,7	72,9	73,0	72,8

Fonte/Source: Justiça em Números 2018: ano-base 2017. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2018.
Disponível em/Available from: <<http://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justicaemnumeros/2016-10-21-13-13-04/pj-justica-em-numeros>>. Acesso em: abr. 2018/Cited: Apr. 2018.

Nota: Valores financeiros corrigidos pelo IPCA, data-base dez/2017./Note: Financial values updated by the IPCA, base Dec 2017.

Tabela 21.2 - Informações de estrutura, recursos humanos e litigiosidade por ramo de justiça - 2017

Table 21.2 - Information on structure, human resources and litigiousness, by court of justice - 2017

(continua/to be continued)

Justiça/ Justice	Estadual/ State	Federal/ Federal	Trabalhista/ Labor
Despesas (R\$)/ Expenditures (R\$)	52 155 769 079	11 261 426 849	18 283 148 816
Despesa com recursos humanos (R\$)/ Expenditure with human resources (R\$)	46 667 740 537	10 344 665 420	17 186 404 366
Gasto com recursos humanos (%)/ Expense with human resources (%)	89,5	91,9	94,0
Receitas (R\$)/ Revenue (R\$)	18 899 467 878	25 802 555 604	3 694 460 237
Receitas/despesas/ Revenue/expenditures (%)	36,2	229,1	20,2
Magistrados/ Judges	12 417	1 939	3 658
Servidores/ Servants	174 208	28 677	40 712
Força de trabalho auxiliar/ Auxiliary workforce	112 877	17 373	12 343
Carga de trabalho por magistrado/ Caseload per judge	7 435	8 265	3 207
Casos novos/ New cases	20 207 585	3 865 182	4 321 842
Casos pendentes/ Pending cases	63 482 535	10 305 148	5 517 250
Processos baixados/ Closed suits	21 688 091	3 738 569	4 481 991
Processos baixados por magistrado/ Suits closed per judge	1 844	2 119	1 328
Taxa de Congestionamento/ Congestion Rate (%)	74,5	73,4	55,2

Tabela 21.2 - Informações de estrutura, recursos humanos e litigiosidade por ramo de justiça - 2017

Table 21.2 - Information on structure, human resources and litigiousness, by court of justice - 2017

	(conclusão/concluded)		
Justiça/ <i>Justice</i>	Eleitoral/ <i>Electoral</i>	Militar Estadual/ <i>State Military</i>	Tribunais Superiores/ <i>Superior Courts</i>
Despesas (R\$)/ <i>Expenditures (R\$)</i>	5 488 685 876	151 643 393	3 505 651 148
Despesa com recursos humanos (R\$)/ <i>Expenditure with human resources (R\$)</i>	4 929 728 410	139 208 218	2 910 551 491
Gasto com recursos humanos (%)/ <i>Expense with human resources (%)</i>	89,8	91,8	83,0
Receitas (R\$)/ <i>Revenue (R\$)</i>	0	1 432 030	33 242 535
Receitas/despesas/ <i>Revenue/expenditures (%)</i>	-	0,94	0,95
Magistrados/ <i>Judges</i>	2 862	41	89
Servidores/ <i>Servants</i>	21 539	405	6 301
Força de trabalho auxiliar/ <i>Auxiliary workforce</i>	10 970	114	5 026
Carga de trabalho por magistrado/ <i>Caseload per judge</i>	225	213	19 196
Casos novos/ <i>New cases</i>	169 190	5 150	543 058
Casos pendentes/ <i>Pending cases</i>	135 309	3 308	623 677
Processos baixados/ <i>Closed suits</i>	503 740	4 969	599 582
Processos baixados por magistrado/ <i>Suits closed per judge</i>	176	121	7 939
Taxa de Congestionamento/ <i>Congestion Rate (%)</i>	21,2	40,0	51,0

Fonte/Source: Justiça em números 2018: ano-base 2017. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2018. Disponível em/Available from:<<http://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justicaemnumeros/2016-10-21-13-13-04/pj-justica-em-numeros>>. Acesso em: abr. 2018/Cited: Apr. 2018.

Gráfico 21.1 - Série histórica do total de processos ingressados - 1990-2017

Graph 21.1 - Time series of total issued cases - 1990-2017

Fontes/ Sources: 1. Banco de Dados do Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário (SIESP). 2. Justiça em números 2018: ano-base 2017. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2018. Disponível em/Available from: <<http://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justicaemnumeros/2016-10-21-13-13-04/pj-justica-em-numeros>>. Acesso em: abr. 2018/Cited: Apr. 2018.

Gráfico 21.2 - Percentual de processos em tramitação, por ramo de justiça - 2017

Graph 21.2 - Percentage of cases in progress, by court of justice - 2017

Fonte/Source: Justiça em números 2018: ano-base 2017. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2018. Disponível em/Available from: <<http://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justicaemnumeros/2016-10-21-13-13-04/pj-justica-em-numeros>>. Acesso em: abr. 2018/Cited: Apr. 2018.